

Uma década para ser lembrada

Malison Ferreira da Nóbrega*

Adécada de 80 deverá ficar em nossa memória como uma das mais destacadas da história brasileira. Se a ótica for a da economia, concluiremos que a década foi perdida para o Brasil. A renda per capita estagnou, a inflação bateu todos os recordes, o investimento declinou, as finanças públicas ingressaram em virtual colapso, a crise da dívida externa agravou as dificuldades no campo fiscal e transformou o Brasil, prematuramente, em exportador de capitais. Os trabalhadores perderam participação na renda nacional e a sociedade brasileira não foi capaz de reduzir os níveis de pobreza e miséria que nos envergonham.

Se, todavia, lembrarmos que a economia se condiciona por outros fatores, especialmente os derivados de atitudes da sociedade, sem dúvida há razões para supor que os anos 80 constituem uma década ganha, na qual avançamos muito no campo institucional e alcançamos o consenso sobre a necessidade de mudanças. Muitos sequer sabem o que mudar. Há várias interpretações sobre o significado de certas mudanças, mas ninguém aceita que continuemos como estamos.

O grande avanço da década é indiscutivelmente o da democracia, sem a qual nenhuma nação pode conhecer o progresso permanente ou solidificar suas instituições. Segmentos cada vez mais importantes do empresariado, por exemplo, se convencem de que a liberdade econômica é indissociável da liberdade política. A intervenção do Estado na economia alcançou níveis exagerados exatamente no período de exceção.

Outro avanço notável é o da crescente conscientização em torno da necessidade de revisão do papel do Estado na economia brasileira. Antes restrito a um pequeno círculo, o tema da intervenção estatal e de seus excessos se espalhou por vários setores. São relativamente poucos os que ainda teimam em atribuir ao Estado, em um país como o Brasil, a proeminência econômica que se justificou em um passado que vai ficando cada vez mais distante. É preciso que o Estado se fortaleça em áreas onde é insubstituível: saúde, educação, segurança, proteção aos menos favorecidos. O Estado deve assegurar o funcionamento do mercado, não ocupar o seu lugar.

O ambiente de liberdade ampliou o debate em torno de questões como a das empresas estatais, sua função no estágio atual da economia brasileira, bem como as vantagens e desvantagens de sua existência. Embora não se imagine sermos capazes de privatizar no grau a que chegaram os ingleses, franceses e espanhóis, é certo que parcelas crescentes da opinião pública se convencem de que algo deve ser feito por aqui. Além disso, pouco a pouco vamos convencendo-nos da necessidade de combater as ações de um corporativismo que nessas empresas se reivindica e consegue vantagens absurdas e pode inviabilizá-las.

A imprensa totalmente livre é outra conquista que se inicia na segunda metade da década de 70 e se completa nos anos 80. Nada é proibido veicular e a mídia se guia apenas pelos seus próprios códigos de ética. Ingrediente fundamental do processo democrático, a imprensa trouxe contribuição inestimável para a disseminação das novas idéias e para conscientizar pessoas sobre a inarredável necessidade de mudar.

Os anos 80 também trouxeram à luz do dia outro tema que somente uns poucos estudiosos conseguiam enxergar: o cartorialismo. Outra das distorções de um Estado interventor, o cartorialismo é o filho mais dileto da reserva de mercado e da proteção infinita à produção interna. Vai ficando claro que muito da concentração de renda no Brasil se deve à inexistência de um capitalismo concorrencial.

A oligopolização de inúmeros segmentos da indústria brasileira é um convite à ineficiência, à recuperação injustamente rápida dos capitais investidos e à perda de velocidade nos ganhos de produtividade, que dificulta, por seu turno, os ganhos de salário real e a incorporação de novos trabalhadores ao contingente dos que já gozam de razoável padrão de bem-estar social.

Sendo a concentração de renda em grande parte resultado do cartorialismo, um paradoxo surge desse grande ambiente de reflexão que caracterizou a década de 80: a de que parte das esquerdas brasileiras termina sendo barreira à redução das desigualdades, na medida em que, presa de um nacionalismo ultrapassado, defende a reserva de mercado a todo custo e uma proteção alfandegária incompatível com a modernidade.

Os anos 80 foram de grandes sofrimentos, decorrentes do agravamento da crise econômica. Foi, no entanto, um período rico, em que formamos a consciência sobre o que deve ser feito para sairmos das dificuldades, em clima de liberdade e democracia.

* O ministro da Fazenda, Malison da Nóbrega, é um dos maiores conhecedores do funcionamento da máquina estatal brasileira e passou os últimos dois anos no comando da economia do país.